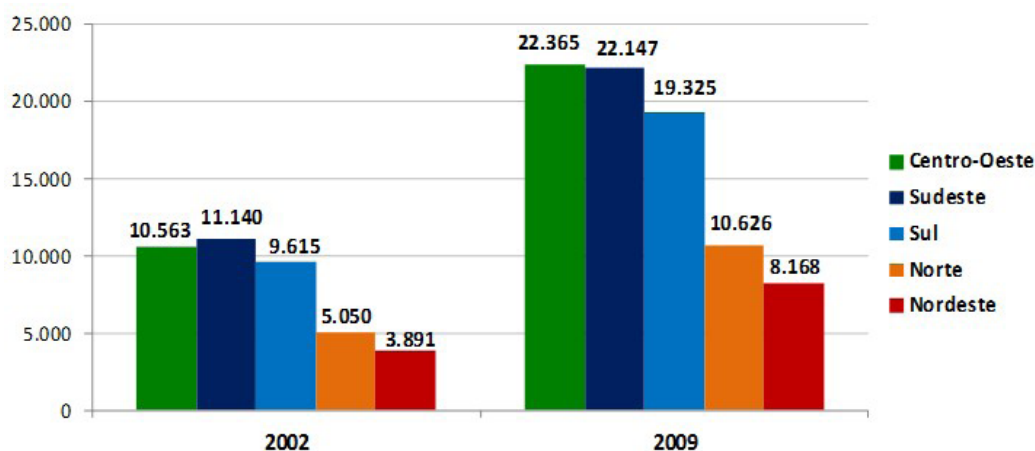


Desenvolvimento Regional

As disparidades sociais e econômicas entre as regiões são herança da formação e desenvolvimento do Estado brasileiro. Nesse processo, as dinâmicas de ocupação territorial e de concentração de renda e produção resultaram em padrões de desigualdades em diferentes escalas.

Como consequência, ainda nos dias de hoje, Norte e Nordeste apresentam indicadores socioeconômicos muito inferiores à média nacional, com distanciamento expressivo de suas condições de vida em relação às demais regiões do País.

Gráfico. Comparação do PIB *per capita* por macrorregiões brasileiras entre 2002 e 2009 (em R\$)



Fonte: IBGE

O PIB per capita é relevante, mas não é o único indicador válido para se comparar as condições de vida entre as macrorregiões. Deve-se observar a questão sob outros prismas, como os associados à educação, ao saneamento e à renda domiciliar, cujos reflexos se relacionam à sustentabilidade do crescimento. A seguir, exemplos temáticos dessas disparidades regionais.

Educação	Saneamento	Renda <i>per capita</i>
Em 2008, havia no Brasil 14 milhões de analfabetos, ou 9,7% da população acima de 15 anos de idade. Embora seja a região onde o analfabetismo mais se reduziu entre 2004 e 2009, o índice de 18,7% do Nordeste ficou muito acima das demais regiões – quase o dobro da média nacional.	No Sudeste, 48% dos municípios têm tratamento de esgoto, contra apenas 8% dos municípios da região Norte . Essa ínfima distribuição de serviços públicos essenciais pode gerar prejuízos à saúde dos nortistas, com potencial para causar sérios danos ao meio ambiente dessas regiões menos desenvolvidas.	Políticas de caráter distributivo, como o programa Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo, contribuíram para o aumento da renda <i>per capita</i> no Norte e Nordeste. Porém, em 2009, a renda média mensal na região Nordeste era 67% da média brasileira , ou seja, apenas dois terços da renda nacional.

A assimetria entre as regiões limita as condições para o crescimento econômico e para o desenvolvimento sustentável do país. Esse quadro exclui do processo produtivo extensas áreas, e estimula a migração. Com o crescimento populacional, agravam-se os problemas dos centros urbanos mais desenvolvidos. Além disso, os esforços do Estado ainda não se mostram capazes de reverter as desigualdades entre as macrorregiões, e também entre as suas subregiões.

Ações de Controle Externo

Auditorias realizadas pelo TCU entre 2009 e 2012 constataram a recorrência de alguns problemas relevantes na atuação governamental, que requerem correções urgentes. Por outro lado, no monitoramento do Acórdão 2919/2009-TCU-Plenário, verificou-se que três recomendações, a cargo do Ministério da Integração Nacional (MI), foram atendidas ou estavam em atendimento, aperfeiçoando a gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Aprimoramentos promovidos pelo Ministério da Integração Nacional (MI)

- Início da implantação do Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional.
- Medidas para melhoria da sistemática de monitoramento das diretrizes e prioridades estabelecidas na aplicação e fiscalização dos recursos dos fundos, pelos bancos operadores.
- Realização de avaliação da PNDR no período de 2007 a 2010, de forma a gerar informações e análises que devem subsidiar os processos de reformulação e aprimoramento dessa política.
- Proposta de reformulação da PNDR, disponibilizada para discussão pela sociedade.

Falhas relacionadas à PNDR e seus instrumentos

Formulação e Planejamento	Execução
<p>Os normativos para a aplicação de recursos, por meio das fontes de financiamento, não foram readequados à PNDR;</p> <p>Os programas orçamentários do PPA 2008-2011 não foram aprimorados em relação à definição de indicadores e metas;</p> <p>Até dezembro de 2011 não foram criados os planos de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (art. 21, inciso IX, da Constituição);</p> <p>O atual desenho da política não tem soluções para várias causas da desigualdade regional, não direcionando ações e recursos para enfrentá-las;</p> <p>PPA 2012-2015: No programa temático do desenvolvimento regional ainda há aspectos com falhas de planejamento que podem comprometer a boa gestão.</p>	<p>O Decreto 4.793/2003 criou a Câmara de Políticas de Integração Nacional, que não voltou às atividades até o fim de 2011;</p> <p>Coordenação federativa insuficiente, com reduzida efetividade nas instâncias de articulação com estados e municípios;</p> <p>Em 2011, os recursos liquidados dos programas orçamentários do MI foram de R\$ 81,6 milhões, apenas 5,84% do total alocado na LOA;</p> <p>Há deficiências nas superintendências regionais de desenvolvimento, assim como fragilidades dos controles internos e sistemas de informação dos bancos operadores dos fundos.</p>

Apesar da aplicação sistemática de recursos públicos, as políticas e os instrumentos empregados não têm se mostrado capazes de reverter o quadro de desigualdade crítica entre as macrorregiões e subregiões brasileiras. Esse quadro de persistência das disparidades requer o aprimoramento urgente da ação governamental

Considerando o montante de R\$ 26 bilhões em recursos federais investidos anualmente no desenvolvimento regional, a prioridade estabelecida pela Constituição e o conjunto de problemas que tem prejudicado a atuação governamental, tem-se configurada uma situação de risco elevado.